



As Mulheres e o Trabalho na Agricultura Familiar: A Produção de Modos de (Re)existência

Autoria

Mariana Jária Martins - marianaj_martins@hotmail.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Dimitri Augusto da Cunha Toledo - dimitritoledo@hotmail.com

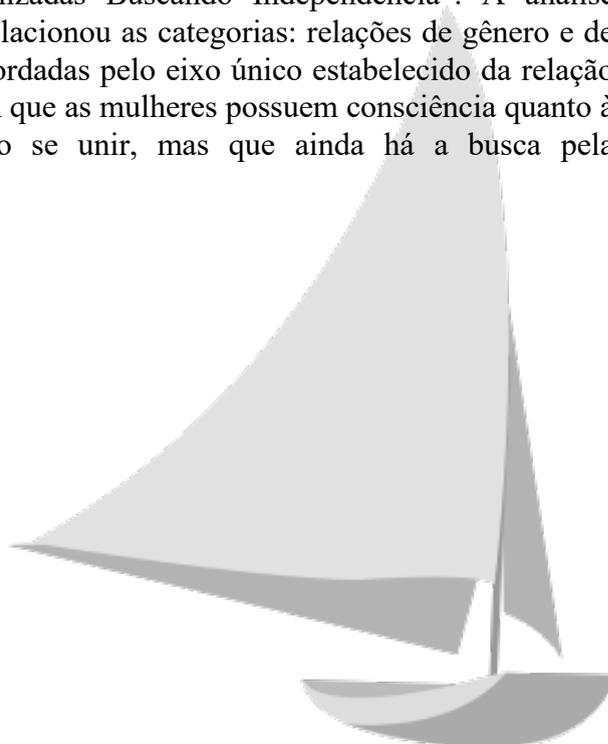
Rafael Diogo Pereira - rdpereira@face.ufmg.br

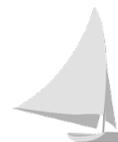
Agradecimentos

CEPEAD/UFMG; CNPq

Resumo

As mulheres enquanto parte da sociedade estão sujeitas ao processo de construção social e cultural de suas relações. Assim, objetivamos compreender como se dá a organização de um grupo de mulheres rurais acerca de suas relações de gênero e de poder. Alinhou-se teoricamente os estudos pós-estruturalistas de gênero, à perspectiva foucaultiana das relações de poder, tendo como contexto a agricultura familiar. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida por meio de estudo de caso único somado às entrevistas semiestruturadas com as integrantes do grupo “Mulheres Organizadas Buscando Independência”. A análise realizada por meio da análise de conteúdo relacionou as categorias: relações de gênero e de poder; e trabalho. Estas categorias foram abordadas pelo eixo único estabelecido da relação MOBI-COOPFAM. Os resultados mostraram que as mulheres possuem consciência quanto à causa e mobilização que fizeram o grupo se unir, mas que ainda há a busca pela independência.





As Mulheres e o Trabalho na Agricultura Familiar: A Produção de Modos de (Re)existência

Resumo: As mulheres enquanto parte da sociedade estão sujeitas ao processo de construção social e cultural de suas relações. Assim, objetivamos compreender como se dá a organização de um grupo de mulheres rurais acerca de suas relações de gênero e de poder. Alinhou-se teoricamente os estudos pós-estruturalistas de gênero, à perspectiva *foucaultiana* das relações de poder, tendo como contexto a agricultura familiar. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida por meio de estudo de caso único somado às entrevistas semiestruturadas com as integrantes do grupo “Mulheres Organizadas Buscando Independência”. A análise realizada por meio da análise de conteúdo relacionou as categorias: relações de gênero e de poder; e trabalho. Estas categorias foram abordadas pelo eixo único estabelecido da relação MOBI-COOPFAM. Os resultados mostraram que as mulheres possuem consciência quanto à causa e mobilização que fizeram o grupo se unir, mas que ainda há a busca pela independência.

Palavras-chave: Relações de gênero e poder. Agricultura familiar. Mulheres. MOBI.

1. Introdução

Em toda a história da sociedade, muitas foram as conquistas das mulheres por seus direitos sociais, políticos e econômicos. No entanto, a luta ainda persiste, como é o caso das mulheres rurais. Embora muitos dos direitos das mulheres rurais foram sendo conquistados a partir do período de redemocratização do Brasil na década de 1980, ainda persistem desigualdades, principalmente com relação ao trabalho na mulher na agricultura (PAULILO, 2016). A divisão sexual do trabalho, o “trabalho leve” e o “trabalho pesado” e o (in) visível trabalho das mulheres, são questões ainda em pauta tanto nos movimentos sociais como nos estudos rurais. Mas, mesmo assim, é importante ressaltar que na conquista pelos seus direitos, as mulheres rurais estiveram e estão organizadas em movimentos, como a nível nacional o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) da Via Campesina, no Sul do Brasil (PAULILO; 2016).

A organização das mulheres rurais se dá na complexidade da construção social e cultural acerca do ser mulher e da sua relação com o trabalho na agricultura familiar. Justamente pelo contexto da agricultura ser nomeado como familiar, é que se considera que nele sejam também estabelecidas a complexidade das relações sociais. Deste modo, o presente trabalho objetiva compreender como se dá a organização de um grupo de mulheres rurais acerca de suas relações de gênero e de poder. Para isto, apresentamos o grupo “Mulheres Organizadas em Busca de Independência”. O grupo foi fundado em 2006 e é composto por cerca de trinta mulheres, das quais quatorze são parte de uma organização maior e majoritariamente masculina, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM). O objetivo do grupo foi se organizar para ter o reconhecimento do trabalho das mulheres na lavoura, o que implicava em serem participantes ativas na cooperativa e não apenas, esposas de cooperados. Elas se organizaram e juntas compraram cotas-partes e serem contempladas com os direitos e deveres do cooperativismo. As mulheres do grupo MOBI são produtoras de café- Café Orgânico Feminino, uma das linhas de café da COOPFAM-e também, são um dos núcleos de cooperados da cooperativa. Além do café, elas produzem roças e hortaliças orgânicas e artesanatos com subprodutos do café¹.

No decorrer da estrutura do artigo, será apresentada a abordagem teórica aqui assumida sobre gênero, de caráter pós-estruturalista, rompendo com as noções de identidade e com a universalização das mulheres quanto sujeitas e ao reducionismo das mesmas ao aspecto biológico. Ademais, as relações de gênero serão apreendidas como um recorte particular das



relações de poder, sendo abordadas a partir de uma perspectiva *foucaultiana*, evidenciando o caráter relacional e produtivo do poder, a fim de compreender os modos de (re) existência do grupo MOBI acerca da sua organização. Nesta mesma linhagem, serão tecidos alguns apontamentos sobre a agricultura familiar, apresentada como contexto organizacional de base familiar e como seu modo de organização produz a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura,

A metodologia é apresentada a seguir, sintetizando o desenvolvimento da fase empírica a partir da abordagem qualitativa, ancorada em estudo de caso e na coleta de dados por entrevistas semiestruturadas com mulheres partes do grupo. As análises e discussões serão feitas com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2006), a partir da qual trabalhamos as categorias: relações de gênero e de poder; e trabalho. Estas categorias serão abordadas pelo eixo único estabelecido na relação MOBI-COOPFAM, uma vez que condizem com os estudos e interpretações de realidades sociais críticas como a da MOBI. Finalmente serão apresentadas as análises do *corpus* e as considerações finais, evidenciando que a partir do movimento de resistência, o grupo MOBI está sendo capaz de traçar novas perspectivas para as relações de gênero e poder, apesar de ainda situado num campo de conflito com o sistema patriarcal.

2. Referencial teórico

2.1. Relações de gênero e relações de poder

Pelo feminismo pós-estruturalista, considera-se que o ser mulher se dá em um complexo dinamismo de ações, relações e subjetividades que abarcam a pluralidade dos feminismos, mulheres e corpos. É abandonar a biologia como base estática da estrutura social (NICHOLSON, 2000) e, em contrapartida, contradizer o chamado pré-discurso (BUTLER, 2016). O gênero seria a construção social de suas diferenças sexuais, sendo deste modo associado às relações de poder, pois é uma das primeiras formas de dar sentido às relações sociais e também, à constituição do que seja feminino e masculino (SCOTT, 1995; SOUZA, 2016).

Assim, considerar as diversas perspectivas nas quais as mulheres são colocadas dentro de uma heterogeneidade, é ressaltar o caráter cultural, histórico e social que perfazem suas trajetórias, dando ênfase ao aspecto político do gênero (BUTLER, 2004). Considera-se a ruptura com a visão universalizante, essencialista e dicotômica nas relações de gênero, homem/mulher, masculinos/feminismos (SOUZA, 2016.) E deste modo, as mulheres devem ser consideradas enquanto sujeitas pela sua subjetividade histórica e não-universalizante, rompendo com a pré-determinação do sujeito em si (BUTLER, 2004). Tal fato, implica em práticas e estratégias que compõem também a construção social dos corpos, interpretando gênero como performance, ou seja, algo que se faz e não se é (BUTLER, 2016). A não unicidade do sujeito do feminismo, faz com que as sujeitas sejam consideradas por sua formação política e discursiva contingente; ao invés da exclusão, elas deveriam ser constituídas “mediante atos de diferenciação que o distingue do seu interior constitutivo” (BUTLER, 1998, p. 30).

Da formação discursiva e contingente das mulheres é possível compreender a constituição dessas enquanto sujeitas se dá na associação entre gênero e poder (BUTLER, 2016). O poder na perspectiva do gênero transcende sua visão dualista, que ainda implica na dicotomia do masculino e do feminino. À luz das relações de poder na perspectiva *foucaultiana*, as relações de gênero passam a ser interpretadas através de redes tensas e ativas de poder, onde, não há a possibilidade de uma via única de poder, mas sim, de instâncias múltiplas e diversas, para que o poder possa ser exercido (LOURO, 1995)

O exercício do poder é marcado pelo seu caráter relacional e se manifesta por meio de mecanismos, manobras, técnicas e táticas, de modo a atuarem sobre os sujeitos. Assim, é



possível romper com a polaridade masculino e feminino na análise, negando-se a existência de polos de poder (CAPPELLE et al., 2004). Paralelamente, evidenciam-se os efeitos disciplinarizantes do poder como prática de docilização dos corpos (FOUCAULT, 2014). Ou seja, no tocante ao gênero, descortina-se o papel disciplinador que determinados regimes de verdade assumem ao buscar conformar os sujeitos de acordo com normas de gênero que lhes são socialmente impostas. Porém, é válido frisar que tal processo não se dá de forma passiva pois, para Foucault (2014, p. 81-86), toda relação de poder traz em si espaços de resistência. Podemos assim dizer, que estamos diante de uma analítica do poder, onde, há pluralidade de correlações de força (FOUCAULT, 2017), agindo sobre o corpo social. Assim, o acontecimento do poder, dá-se por meio de seu caráter relacional (FOUCAULT, 2017)

Em suma, através das relações de poder podemos traçar um campo das disputas existentes nas relações sociais, como forma de interpretar as relações de gênero. Nesse sentido, operamos um importante deslocamento da submissão das mulheres aos homens para o reconhecimento das estratégias de luta e resistência adotadas por homens e mulheres para o estabelecimento do convívio no espaço social (CAPPELLE et al., 2004). Segundo Louro (1995), a partir de sua construção social e histórica, o gênero estaria nos direcionando a uma pluralidade de formas do que é ser homem e mulher na sociedade. Assim, podemos apreender a agricultura familiar como contexto em que se constrói as relações sociais, além de atuar em prol do desenvolvimento local, rural e sustentável.

2.2. Agricultura familiar (e as mulheres)

A agricultura familiar é uma organização social, econômica e produtiva em que se tem a responsabilização pelo trabalho par com todos os membros da família. Da gestão à produção de alimentos, a família é protagonista do trabalho e detentora dos meios de produção. No entanto, com relação ao “familiar” da agricultura, a mulher é ainda invisibilizada (PAULILO, 2016).

A invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura é corroborada por Pastore (2005), ao ressaltar que ainda permanece na organização rural a base patriarcal, construindo e reproduzindo desigualdades entre homens e mulheres. Isto implica nas divergências quanto à responsabilização feminina e masculina no trabalho, ainda que as mulheres atuantes nas atividades agrícolas. Constrói-se o campo social rural em que aos homens é destinada a esfera pública, e às mulheres, a esfera privada, ou seja, as tarefas domésticas (BRUMER, ANJOS; 2008). A separação destes espaços, aliada à invisibilização da atividade produtiva das mulheres, fomenta o não reconhecimento de seus trabalhos na agricultura, reduzindo-as à “ajuda”; a relação mulher e trabalho doméstico; e também, fomenta a divisão sexual do trabalho.

Pela produção (in) visível do trabalho da mulher na agricultura familiar, esta é vista como campo das relações de gênero e poder, por ser parte dos processos de socialização em que homens e mulheres são submetidos. À medida em que o caráter produtivo do poder produz a divisão sexista da sociedade e a divisão sexual do trabalho, ele também produz a visibilidade e (re) existência feminina quanto ao trabalho na agricultura (GOUVEIA, 2003).

As mulheres estão mutuamente na agricultura e nas atividades domésticas, pois, elas conciliam-nas; constroem uma nova identidade, trazendo visibilidade à sua participação na produção (SILIPRANDI, 2011). Isto porque, tem-se em grande parte da população rural feminina, diversas formas de inserção nas funções produtivas e reprodutivas de organizações familiares, onde, as relações de produção são uma extensão das atividades domésticas (GOUVEIA, 2003).

Pensar no reconhecimento do trabalho feminino da mulher na lavoura como semelhante às atividades desenvolvidas pelo homem não faz com que haja efetivamente a transformação da figura do chefe da unidade produtiva, ainda que, as mulheres tenham grande participação nesta



função. Nesse sentido, mesmo com a participação feminina nas tarefas agrícolas, não ocorre uma transformação significativa na hierarquia familiar, uma vez que, as atividades agrícolas ainda possuem seu reconhecimento econômico predominantemente ligado ao homem. A mulher ainda tem sua imagem coadjuvante (BRUMER; ANJOS, 2008).

Justamente sobre a construção e a reprodução das relações de gênero e poder no âmbito da agricultura familiar, é que se dá importância ao apresentar o grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI) e o meio, relações sociais e de produção em que ele está inserido.

3. Percorso metodológico

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi adotada a estratégia de pesquisa qualitativa, buscando abarcar de forma aprofundada as relações existentes no meio onde se encontram a MOBI e a COOPFAM. Na visão de Uwe Flick (2009, p. 20) a abordagem qualitativa propicia no plano da pesquisa a “pluralização das esferas da vida”, trazendo para a análise a subjetividade das relações sociais e a complexidade que lhe são inerentes.

Como método foi utilizado o estudo de caso único, proposto por Yin (1994), delimitando-se duas subunidades de análise (MOBI e COOPFAM) com foco nas relações de gênero e poder sustentadas entre os indivíduos. A delimitação de um caso único justifica-se pela singularidade e pela robustez do caso MOBI, que além de abarcar a questão de gênero no meio rural também traduz a atuação política de um grupo de mulheres agricultoras em busca de emancipação.

No tocante à coleta de dados, somado ao estudo de caso foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes do grupo MOBI. Ao todo foram realizadas nove entrevistas, que foram gravadas e posteriormente transcritas. Foi escolhido o critério de confidencialidade assumido com as sujeitas de pesquisa, seus nomes serão omitidos da análise. Devido a delimitação do escopo do presente trabalho, apresentamos somente relatos de quatro mulheres, mas que condizem com a importância da temática do presente trabalho e de seu objetivo. A pesquisa em si foi realizada durante o mês de outubro de 2016.

Para a análise dos dados coletados, optou-se pela Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2006). A Análise de Conteúdo permite que os dados sejam trabalhados na pesquisa qualitativa por proporcionar a desconstrução e construção dos discursos, tanto na esfera linguística, como na política-ideológica (BARDIN, 2006). Também, a Análise de Conteúdo possibilita que os dados sejam vistos pela expressividade que se tem pela “relação que se dá na prática social” (FRANCO, 2008, p. 12). Tal fato condiz com o estudo de caso proposto sobre o grupo MOBI alinhado às entrevistas semiestruturadas com as mulheres, uma vez que é na prática social das mulheres e em seus diversos contextos que se estabelecem as relações de gênero e de poder. Utilizamos ainda, a categorização dos dados por permitir melhor compreensão dos elementos presentes nos dados coletados. Assim, trabalhamos as categorias: relações de gênero e de poder; e trabalho. Estas categorias serão abordadas pelo eixo único estabelecido na relação MOBI-COOPFAM.

4. O que as mulheres da MOBI têm a dizer?

A primeira dimensão trabalhada nas entrevistas foi o que o trabalho de agricultoras familiares representava para elas. Em uma das respostas obteve-se a seguinte fala:

“Ai, eu acho que é bom tanto pela parte de plantar, você ter seu próprio alimento, ter um alimento saudável, tá oferecendo para pessoas um alimento saudável, porque o certo é pelo que eu estou produzindo e também, tanto pela parte financeira, o retorno financeiro que ajuda eu a manter a minha vida, a comprar as coisas que eu necessito,



a fazer os passeios, as coisas que eu tenho vontade, aí então isso pra mim é muito bom” (Júlia).

A noção da agricultora quanto à importância do seu trabalho para a produção de alimentos, remete à própria teoria formada a partir da prática da agricultura, onde, no seio da família, encontra-se a base para a produção, gestão e organização das atividades rurais (PAULILO, 2016). Além disso, há por parte da agricultora em sua fala, um reconhecimento econômico de sua atividade produtiva, sinalizando para o aumento de sua autonomia mediante seu trabalho como agricultora (GOUVEIA, 2003; SILIPRANDI, 2011). A elevação de sua autonomia financeira emerge como um fator capaz de contribuir para a ruptura da invisibilidade das atividades das mulheres rurais, propiciando um maior nível de independência em relação ao marido, ao menos do ponto de vista financeiro. A questão em si, mostra uma subversão do que é ser mulher no meio rural, pois, temos na agricultura familiar relações de gênero e poder estabelecidas, onde, ao homem cabe o espaço público, do reconhecimento de figura central na agricultura familiar, e à mulher, o espaço privado, da casa e do cuidado com a família, além de não haver reconhecimento da sua atividade com a terra (BRUMER; ANJOS, 2008; GOUVEIA, 2003; PASTORE, 2005; PAULILO, 2016).

Quando perguntadas sobre qual o impacto que a MOBI teve em suas vidas uma das agricultoras apresentou a seguinte resposta:

“A autoestima melhorou bastante, é... o café feminino, a marca café feminino ela mostra o empoderamento da mulher que...é...ela é feminina, ela é mulher, mas ela é, ela tem uma produção de café, ela tem uma renda dela, ela tem também, vez e voz. Mas não é simples...é luta...quem achar que vai que...só de uma mulher achar que precisa do esposo dar o espaço para ela, ela já tá sentindo...ela já tá se colocando como menos... porque eu entendo gênero como igual. Você não precisa me dar uma liberdade...nós temos liberdade uma com a outra. Respeito um para com o outro...não é porque...assim...a COOPFAM era difícil...a cooperativa era muito difícil...se a mulher...todo mundo perguntava “mas por que a mulher comprar cota?...pra quê mulher votar?”...um voto por família já era suficiente...então não tinha nem noção...noção nenhuma de trabalho de gênero...invés da pergunta “pra quê?”, a pergunta “por quê não?” Se ela também tá lá na lida todo dia... Por que não? Na cooperativa esse impacto, esse foi bom, esse foi grande também! Porque eu tenho convicção, que se não tivesse o grupo MOBI, nunca ia ter uma mulher na diretoria...não ia. Se não tinha mulher com cota, como que ela ia ser diretora?” (Rebeca).

Na fala anterior, o discurso adotado pela agricultora faz emergir claramente os esteios das relações de gênero e poder que perpassaram o contexto de criação da MOBI. Após demarcar a importância da renda gerada pela atividade e do consequente empoderamento das mulheres, a fala da agricultora se desloca para a problematização da naturalização do papel conferido às mulheres como dependentes da autoridade dos homens: *“só de uma mulher achar que precisa do esposo dar o espaço para ela, ela já está sentindo...ela já tá se colocando como menos”*. Tal passagem evidencia que a emancipação financeira representa apenas uma das dimensões perseguidas pelas mulheres, emergindo também a necessidade de uma emancipação política, capaz de ressignificar alguns discursos internalizados por elas próprias. A desigualdade entre gêneros ainda é reforçada a seguir, quando a entrevistada faz menção às resistências existentes na COOPFAM para que as mulheres tivessem direito às cotas e ao voto: *“para quê mulher votar?”*.

Esse contexto, demonstra o quanto a invisibilidade e o tratamento desigual dado a mulher nas relações de produção na agricultura familiar ainda submete a mulher ao homem na estrutura laboral e familiar (PASTORE, 2005; BRUMER; ANJOS, 2008; exemplificando como nas relações sociais, as relações de gênero e poder se entrelaçam (SCOTT, 1995). Em suma, toda relação de gênero se manifesta como uma relação de poder, tipicamente demarcada em nosso



contexto pelo discurso do patriarcado. Na sequência, a agricultora evidencia o quanto a articulação do grupo fez com que houvesse uma mudança dentro da organização da cooperativa, permitindo a ascensão de mulheres para a diretoria. O fato de se pensar nas relações de gênero como uma construção cultural e histórica (BUTLER, 1998; 2004; 2016; CAPPELLE et al., 2004; LOURO, 1997; SOUZA, 2016), faz com que o ambiente cooperativista também seja reformulado, a partir da importância dada pela entrevistada em se ter uma vice-diretora mulher.

Para a entrevistada 4 (Júlia), o impacto maior na cooperativa ocorre quando há na presidência uma vice sendo mulher:

“Ah...lá na cooperativa, eu acho que foi uma alavanca né?! Proporcionou é...era assim, a partir de que formou esse grupo, aquilo lá teve uma força né...então as mulheres se sentiram mais poderosas né?! Então, hoje elas têm poder lá dentro, da cooperativa, né?! Então eu acho que isso aí, fez com que crescesse mais ainda. Elas ganharam poder e respeito. E a cooperativa dá a cada uma dela, a...nós todas esse poder, esses respeito, com a...quando a gente precisa de alguma coisa, cê vai eles correspondem com aquilo que a gente tá necessitando, então, eu acho que foi uma...um bom casamento isso daí.”

O fato de haver uma mulher na vice-presidência e das mulheres da MOBI no geral terem adquirido cota-parte, e estando em outros cargos da cooperativa, como os Conselhos Fiscal e Administrativo, mostra o quanto a questão cultural da divisão posta na sociedade e na economia sobre o que é ser homem e o que é ser mulher tem consequências sociais sobre as relações estabelecidas entre os indivíduos. O fato de uma mulher chegar à vice-presidência da cooperativa mostra que mudanças relevantes ocorreram na estrutura da organização e das próprias famílias. Nesse sentido, em um ambiente de submissão, de divisão sexual do trabalho e do poder econômico centrado no homem, transformações como essas sinalizam para os avanços alcançados a partir da luta política dessas mulheres agricultoras.

Ainda com relação ao impacto que a MOBI trouxe na COOPFAM, temos o relato da entrevistada 8, dizendo que:

“Oh, eu acho que foi muito bom, porque...no começo, era uma ou outra mulher que participava, muito pouco. Aí depois já aumentou a participação, teve o grupo do MOBI, agora já tá na diretoria né...mulher já tá ajudando na diretoria. Eu fiquei dois anos no conselho fiscal, agora eu tô no conselho administrativo...A Vânia agora, vice-presidente é mulher” (Olívia).

O fato de se ter uma mulher na vice-presidência, mostra mais uma vez como que este fato significou mudanças nas relações sociais e de produção da cooperativa, acerca das temáticas de gênero e poder. Mostrando que a chegada de uma mulher a um cargo elevado, fez com que as mulheres se mobilizassem cada vez mais, também, buscando para além da atuação como cooperadas, uma participação mais efetiva na cooperativa, como por exemplo, ocuparem também cargos nos conselhos. Vale considerar também, ainda da fala da entrevistada 8, a experiência ocorrida ao alcançar um cargo no conselho e de como isto foi visto pelos homens da cooperativa. Quando a conversa foi se desenvolvendo para saber se ela enfrentou resistências para assumir o cargo no conselho e de que forma ocorreu, a entrevistada 8 (Olívia) disse:

“Pior que tem. Porque sempre tem uns meios machistas pro meio né?! Então, teve um rapaz que ainda falou ‘nossa, mas por duas mulheres e eu ficar de fora?!’. Que ele estava querendo entrar na diretoria né?! Só que foi feito votação e as mulher, nós duas, eu e a Vânia ganhou. Aí, ele ainda falou...teve um que falou ‘nossa, mas duas mulher e eu fiquei de fora!’”

A fala da entrevistada ao relatar que houve resistências por meio da presença de homens “meio machistas”, mostra a sua noção quanto ao processo de socialização cultural imposta aos



homens e às mulheres por meio do patriarcado (FOUCAULT, 2014; 2017; CAPPELLE et al., 2004). A indignação do homem surge claramente ancorada em seus preconceitos de gênero, pois emerge atrelada não apenas ao seu insucesso em compor a diretoria, mas por ter sido preterido ao invés das mulheres, deixando implícita sua concepção de que tais cargos não deveriam ser destinados às mulheres caso quaisquer homens os disputassem.

Ainda no tocante à questão da resistência masculina à presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão da cooperativa, também fora perguntada às mulheres a importância que elas viam em se ter uma vice-presidente mulher na COOPFAM. Elas reconheceram a importância feminina lá dentro, sublinhando a relevância das mulheres nas atividades produtivas da agricultura familiar, caminhando para a transformação das relações sociais, de gênero e poder na organização rural (GOUVEIA, 2003; PAULILO, 2016; SILIPRANDI, 2011). Porém, ainda é nítido em diversas entrevistas relatos acerca das resistências dos homens, evidenciando a força dos processos de socialização e da construção cultural das relações estabelecidas entre homens e mulheres do campo de maneira desigual (CAPPELLE et al., 2004; LOURO, 1995; FOUCAULT, 2014; 2017). A entrevistada 8 (Olívia) nos diz que:

“ Ah, é muito importante né?! Porquê...sentido de igualdade né?! Quebrou o machismo né?! (risos) [...] Então, é...pra nós, na decisão das coisas que nós precisa tomar, pra nós, tendo uma mulher lá junto, na diretoria, é mais fácil né?! Através dela conseguir o que nós precisamos né?!”.

Esta noção de “igualdade” em se ter uma representante mulher na vice-presidência da COOPFAM, mostra que a entrevistada possui conhecimento das desigualdades entre ser homem e ser mulher no âmbito da organização. Além disto, ela também possui uma noção do que seja o machismo e denota ironia quando diz que ele foi quebrado, pois, sabe-se que tais valores continuam fortemente disseminados na sociedade (FOUCAULT 2014; 2017; CAPPELLE et al., 2004). Ter uma mulher em um cargo elevado na COOPFAM, faz com que as mulheres se sintam reconhecidas e que tenham suas demandas atendidas, diferentemente, se houvesse somente homens em cargos ligados às tomadas de decisões.

A fala da entrevistada 4 reflete a consciência de que a existência de uma mulher na vice-presidência auxilia no reconhecimento das demandas das mulheres na organização, visto a similaridade entre os processos de socialização em que foram postas no decorrer da vida. Mas, há também uma noção ainda ligada ao essencialismo, ligando características masculinas e femininas à dicotomia entre uma visão mais objetiva estar ligada ao homem e uma visão mais de cuidado, ligada ao ser mulher:

“Com certeza. Ah, a mulher vê o mundo diferente né?! Assim, eu acho que ela puxa um pouco pro lado da gente, assim...vê o mundo com outros olhos. E eles é meio, não vou dizer que seja machista, mas as vezes eles pensa muito prático assim...e a gente já vai vender um café, igual a embalagem mesmo... vou colher...o homem pensa ‘plantar o café, capinar o café, tal, colher o café’...a mulher já pensa em dar uma embalagem bonita pro café, pra ficar tudo bonitinho, certinho pra vender, montar um stand lá fora, uma coisa assim. Tem esse lado de decoração, esse lado puxa um pouco. Então eles são assim meio preto no branco...e a gente já começa a colorir um pouco” (Júlia).

A visão da entrevistada ligada ao essencialismo, mostra também, o quanto está internalizada nas relações sociais a divisão sexista da sociedade (BRUMER, ANJOS; 2008; GOUVEIA, 2003). Isto porque, a naturalização de um olhar feminino na cooperativa, mostraria uma visão mais de amor, de feminismo essencializado. Na fala da entrevistada 2, temos uma visão mais aprofundada da importância de se ter uma mulher na vice-presidência ligada a questão de que se pensar nas relações de gênero e poder é tratar da questão da igualdade entre homens e mulheres em assuntos do ambiente da família e da produção:



Entrevistada 2 (Betina): “Muito! Muito importante! Direitos e deveres. Igual. É tão importante... é tão importante como se fosse um homem... O olhar feminino, porque que numa...num grupo, tem que ser um grupo só fechado do homem? É o mesmo que falar, agora em diante só vai ser mulher?! Vai colocar a diretoria inteira só de mulher?! Vai virar o Clube da Luluzinha?! Porque o olhar vai ser só feminino! Eu não estou... porque nos desafios, mulher é muito forte...tem nada de fragilidade. Tem nada de fragilidade. Porque nós que somos mulher, se... eu respeito muito o homem, eu sei da importância dele, da característica masculina, ele é importante...tão quanto a mulher é importante, Deus fez assim. Um para complementar o outro. Em todos os projetos, porque na cooperativa, teria...tem que ser homem? Só? Por isso que eu vejo assim, que as mulheres precisam colocar mais no entendimento do que uma cooperativa, do que é trabalho de gênero...qual que é a importância dela dentro da propriedade...porque ao invés de querer que o outro dê o espaço, você já pensou em conquistar o seu espaço?!”

A fala da entrevistada remete a um questionamento quanto a naturalização dos processos sociais à que são submetidos homens e mulheres, implicando em relações desiguais na sociedade no trabalho. O uso da noção de “igualdade” mostra que ela tem conhecimento sobre a importância de desnaturalizar a invisibilidade da mulher no trabalho da agricultura, bem como, de lutar pela inserção das mulheres nos espaços públicos ligados à tomada de decisões e à economia, para além das atividades destinadas às mulheres no âmbito doméstico (CAPPELLE et al., 2004; LOURO, 1995). No seu entendimento, não é necessário haver uma sobreposição da mulher em relação ao homem, mas que ambos devem desfrutar de igualdade nas relações sociais e econômicas. É a partir desse caminho que as cooperadas apostam em uma nova organização do ambiente da agricultura familiar, onde o estabelecimento das relações sociais que permeiam a MOBI e a COOPFAM possa romper com os padrões tradicionais do patriarcado e das desigualdades de gênero.

5. Considerações finais: mulheres organizadas (ainda) buscando independência

Este artigo teve por objetivo compreender como se dá a organização de um grupo de mulheres rurais acerca de suas relações de gênero e de poder. Pelas perspectivas pós-estruturalista do gênero e *foucaultiana* do poder, foi possível apreender o processo de criação da MOBI vinculado a uma mudança no meio social em que as mulheres se encontram. Tradicionalmente, a socialização das mulheres rurais possui sua base sob a égide do patriarcado, desembocando na invisibilidade do trabalho feminino com a terra, destinando as mulheres ao espaço privado das atividades domésticas. Com a constituição da MOBI, elas buscaram e continuam buscando romper com a hierarquia, bem como ressignificar as relações de poder em que estão imersas.

O que pudemos observar pelos dados analisados é que as mulheres percebem a sua socialização ligada a todo o contexto familiar, quando se trata do trabalho na agricultura e, de como este fator, também influencia nas suas relações sociais e de trabalho, tanto no âmbito familiar, como na cooperativa. Porém, foi justamente essa tomada de consciência que contribuiu para que elas se mobilizassem e lutassem pela ocupação da produção e tomada de decisões na cooperativa.

Mesmo as mulheres tendo consciência de toda a sua causa, elas percebem que ainda há na COOPFAM resistências à participação das mulheres, ou melhor, da MOBI com um todo; seja pelas cotas-partes adquiridas pelas mulheres, seja pela linha do café, o “Café Orgânico Feminino”, e também, pela presença das mulheres em cargos de direção na cooperativa. Ainda que haja resistência, pela contextualização das relações de gênero e poder no meio social e no econômico, as mulheres ainda continuam buscando sua independência, justamente pelo fato de que, estas relações não vão deixar de existir, apenas serão estabelecidas de outros modos, e



como elas mesmas disseram, que seja pela igualdade entre os homens e as mulheres na cooperativa e também, no trabalho na agricultura familiar.

Pela riqueza da história e modos de organizar e (re)existir d grupo MOBI, muitos são os assuntos que podem vir a serem explorados em futuros trabalhos. Diante da limitação do formato do presente trabalho, esperamos inspirar a escrita acerca dos sentidos do trabalho, das práticas agroecológicas lideradas pelas mulheres, bem como, das relações de trabalho em que elas estão inseridas. O grupo MOBI vai além de uma organização econômica, pois, vimos que é em todos os âmbitos em que se encontra a MOBI, as mulheres buscam sua independência traçando caminhos que as levem à igualdade de gênero. Nesse sentido, reitera-se a importância para os Estudos Organizacionais de se abarcar nas análises espaços de luta e resistência como o caso do grupo MOBI. Ou seja, tão relevante quanto à crítica aos padrões ainda sexistas da divisão do trabalho e das relações de gênero, é a busca por experiências empíricas de luta e emancipação das sujeitas.

6. Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 6-17, jan./jun. 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. de. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das mulheres agricultoras". **Observatório da Cidadania**, p. 44-49, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-33, 2000.

PASTORE, E. **Relações de gênero na agricultura ecológica**. 2005. Disponível em: <http://cepeac.upf.br/download/td_06_2005.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.



PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. In: Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável”- PCT II PCA/ MDA-NEAD. Unicamp, Campinas, 2011.

SOUZA, E. M. de. Fazendo e desfazendo gênero: a abordagem pós-estruturalista sobre gênero. In.: CARRIERI, A. de P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Orgs.). **Gênero e trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. Salvador: EDUFBA, 2016.

ⁱ A caracterização do grupo MOBI é uma síntese sobre a história do grupo coletada em pesquisa realizada anteriormente.